ISSN: 2358-8829

A RESSIGNIFICAÇÃO DA EJA E OS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO: entre a negação e a conquista do direito a educação

Elizabete Carlos do Vale [1]

RESUMO

O artigo discute a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um direito fundamental, reconhecido internacionalmente e garantido na legislação brasileira, mas que enfrenta contradições entre sua previsão legal e a efetivação prática de políticas públicas para o setor. Autores como Paiva (2009); Haddad (2008); Di Pierro (2003), entre outros, apontam que a história da educação brasileira mostra que a EJA foi marcada pelo movimento contraditório de negações e conquistas de direitos. Tal movimento se intensificou a partir do período da redemocratização, que foi marcado pelo paradoxo estabelecido entre a progressiva afirmação dos direitos educativos das pessoas jovens e adultas na legislação nacional, de um lado e, de outro, a marginalização na agenda da reforma educacional. O objetivo do texto é refletir sobre esse movimento ambíguo — entre negação e afirmação do direito à educação — e analisar os desafios para consolidar a EJA como uma política pública efetiva, inserida plenamente no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: EJA. DIREITO A EEDUCAÇÃO. POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EUCACIONAL.

[1] Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.
elisabete.vale1@gmail.com